

## ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GRUPOS ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS, HABITAÇÃO, TRANSPORTE E SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, NO PERÍODO DE 1994 A 2016

Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (SINC)

Gerência de Estatística e Indicadores

Munhoz (1997) explica que o Brasil vivenciou logo após a “Grande Depressão”, um processo de inflação persistente. Este se perpetuou durante as seis décadas subsequentes, exibindo seu ápice na segunda metade da década de 1980, que chegou ao patamar de aproximadamente 230% no ano de 1985.

Vários planos para a tentativa de estabilização<sup>1</sup> do nível geral de preços foram implantados (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e I e Real), sendo o Plano Real o que surtiu efeito no controle inflacionário, a partir do ano de 1994. É necessário destacar que o Plano Real tem por objetivo único combater a inflação ou restabelecer a estabilidade monetária, o que difere do propósito de buscar a estabilidade econômica, embora a estabilidade monetária seja componente necessário para se atingir a última (GRASEL, 2016, p. 2).

Diante do exposto, a presente Nota Técnica tem como objetivo realizar uma análise da evolução dos grupos alimentação e bebidas<sup>2</sup>, habitação, transporte e saúde no município de maceió, no período de 1994 a 2016, justamente pelo fato destes serem os de maior peso no orçamento das famílias (juntos totalizam mais de 80%).

A Figura 1 dispõe os dados da evolução dos preços dos grupos *Alimentação e Bebidas, Habitação, Transportes e Saúde* bem como realiza uma comparação com o índice geral de preços a fim de perceber as variações em torno do índice nacional.

---

1 Os planos foram de caráter ortodoxo e heterodoxo.

2 É importante destacar que, a partir de 2013 há uma mudança na metodologia de composição dos grupos. Antes os produtos do grupo de bebidas eram separados do de alimentação.

É possível notar uma queda abrupta no índice geral de preços (em todos os grupos), a partir do ano de 1994 - após a implantação do Plano Real – uma vez que este utilizou uma âncora cambial para conter o processo hiperinflacionário.

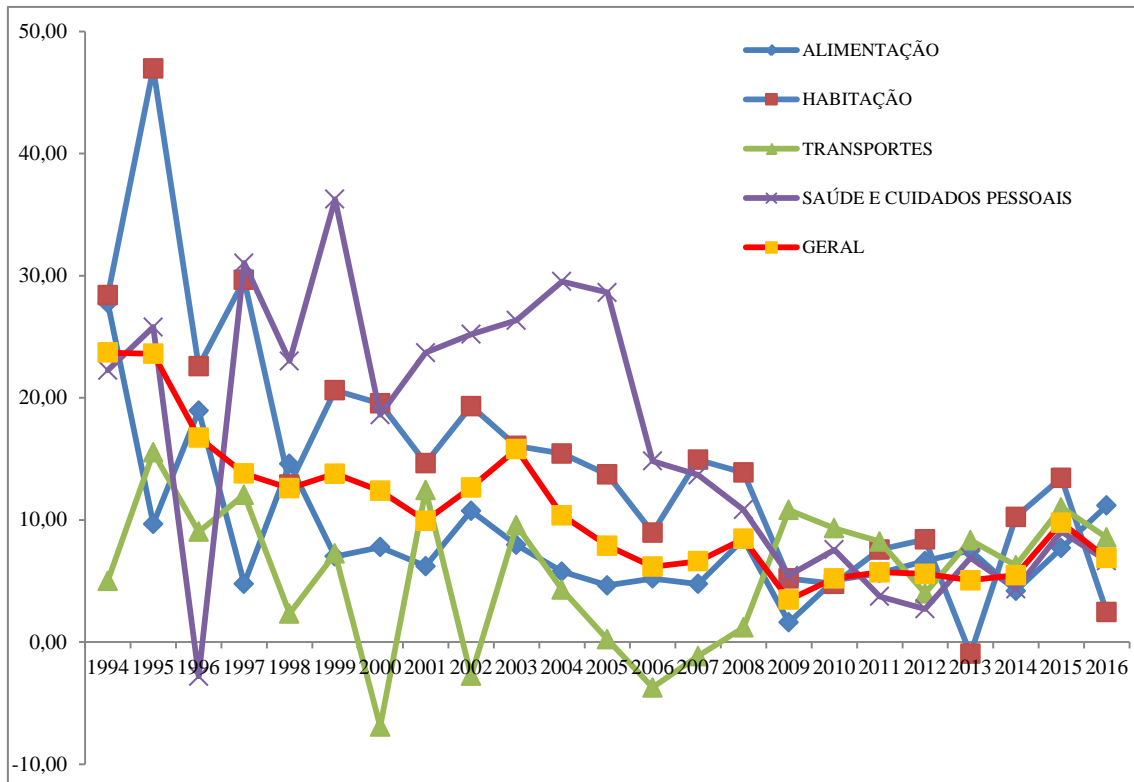
Vale destacar que a âncora visa atrelar a moeda nacional a uma moeda estrangeira forte (geralmente o dólar americano), buscando com isso a estabilização da moeda nacional e o nível de preços. Por outro lado, a adoção de um câmbio fixo deixa a economia vulnerável a choques externos, uma vez que o fluxo de capitais, em momentos de crise, tendem a ir para os países mais desenvolvidos.

Sobreira (1998) detalha que as políticas de estabilização que têm a âncora cambial como base foram utilizadas de maneira intensiva na América Latina na década de 1990. A utilização destas se deu em função do esgotamento das tentativas de caráter mais “heterodoxo”, bem como da percepção de que a moeda estrangeira tornase gradativamente a referência (unidade de conta) à medida que os preços internos se elevam, chegando mesmo a desempenhar o papel de meio de troca nas fases agudas das hiperinflações.

Diante do exposto, é possível notar uma queda abrupta no nível de preços, após a utilização da âncora cambial (1994), validando a premissa de que a âncora seria uma boa opção para aquele momento. No entanto, em 1995 ocorreu a crise do México, a dos “tigres asiáticos” em 1997, e a crise Russa em 1998 com a desvalorização do Rublo e a decretação de moratória, fazendo com que o modelo fosse abandonado e a inflação apresentasse alta, em 1999.

Todos os grupos analisados exibiram alta, exceto o de alimentação, em seus preços após 1998, resultado da mudança de condução da política econômica. O grupo que apresentou maior variação foi o de **Transportes** (211 pontos percentuais), **Habitação** (60 pontos percentuais) e **Saúde e cuidados pessoais** (alta de 58 pontos percentuais). O grupo de Alimentação teve redução de 52 pontos percentuais, quando compara-se 1999 em relação a 1998.

Figura 1 - Evolução dos grupos alimentação e bebidas, habitação, transporte, saúde e do índice geral de preços no município de maceió, no período de 1994 a 2016



Fonte: SEPLAG/ SINC.

A figura acima também exibe um pico, para o Índice Geral de Preços, em 2003, quando atingiu uma vez que o Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições presidenciais daquele ano, e, como era considerado um candidato de esquerda, houve uma crise de confiança do mercado em relação à condução da política econômica, acarretando em uma fuga de capitais, que provocou uma devalorização da taxa de câmbio e, conseqüentemente, alta da inflação.

Outro ponto de destaque foi o ano de 2009, apesar da pressão de serviços e preços administrados, a inflação cedeu em função de menores reajustes de alimentos. Com a crise, a demanda mundial por alimentos se reduziu, fazendo com que os preços das *commodities* internacionais também caíssem aliado ao fato das

exportações brasileiras terem se reduzido, justamente por conta da menor demanda externa, o que contribuiu para aumentar a oferta de alimentos no mercado interno. Outro fator foram as políticas monetária, fiscal e creditícia anticíclicas aos setores automotivos, de construção civil, e de móveis e eletrodomésticos adotadas pelo governo.

Além disso, as medidas do governo para estimular a economia, como a redução do IPI, ajudaram a baratear os preços de itens de alto consumo, como o automóvel, arrefecendo os preços em 2009.

Ainda cabe destacar o ano de 2015 como atípico, que depois de um período de estabilização (2010-2014) voltou a subir acima de dois dígitos (10,67%). Os preços administrados (serviços), como água e esgoto, energia, gás de cozinha, gasolina, entre outros, bem como a alimentação fora do domicílio foram os responsáveis por puxar a inflação para cima, fazendo com que esta superasse o teto da meta estabelecida (6,5%). Todos os grupos analisados apresentaram variação positiva, quando comparado 2015 em relação a 2014. Os grupos de **Saúde e Cuidados Pessoais**, **Alimentação**, **Transportes** e **Habitação** variaram 108,13%, 83,51%, 75,94% e 31,24%, respectivamente.

Em síntese, esta nota tratou das variações de preços dos grupos *Alimentação e Bebidas*, *Habitação*, *Transportes* e *Saúde* bem como faz um contraponto com o índice geral de preços entre os anos de 1994 e 2016, onde ficou perceptível que nos períodos de crises externas e mudanças de governo a inflação apresentou variações mais expressivas.

## REFERÊNCIAS

Inflação pelo IPCA foi de 4,31% em 2009, abaixo do centro da meta oficial. **O GLOBO**. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/economia/inflacao-pelo-ipca-foi-de-431-em-2009-abaixo-do-centro-da-meta-oficial-3070056>>. Acesso em: novembro de 2009.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. 1997. Disponível em:< [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC\\_1.1\\_03\\_Inflacao\\_brasileira\\_os\\_ensinamentos\\_desde\\_a\\_crise\\_dos\\_anos\\_30.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf)>. Acesso em: novembro de 2017.

GRASEL, Dirceu. Brasil: plano real e a estabilização econômica inacabada. Informe Gepec, Cascavel, v. 9, n. 1, p.1-11, jan. 2005. Disponível em: . Acesso em: 25 abr. 2016.

SOBREIRA, Rogério. Âncora cambial, ajuste fiscal e política monetária: teoria e lições da América Latina. 1998. Disponível em:<<http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/americalatina.pdf>>. Acesso em: novembro de 2017.